

A EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL

THE EDUCATION IN THE CONSTITUTION OF NEOLIBERAL SUBJECTIVITY

LA EDUCACIÓN EN LA CONSTITUCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD NEOLIBERAL

Paulo Cesar Jakimiu Sabino¹

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Resumo

O artigo busca compreender o impacto do modelo econômico neoliberal na educação latino-americana, em especial, a brasileira. Nesse sentido, busca-se compreender a psicologia como continuação da economia, isto é, como um modelo econômico não interfere exclusivamente na sua esfera própria, mas representa uma mudança em toda estrutura social e individual, constituindo uma subjetividade neoliberal que, por sua vez, é necessária para que o neoliberalismo seja implementado de forma eficaz, isto é, enfraquecendo a resistência contra esse modelo. Dessa forma, o artigo é encaminhado em três etapas: compreender o neoliberalismo na América Latina; o impacto do neoliberalismo na educação brasileira; a relação entre economia e psicologia na constituição de uma subjetividade neoliberal.

Palavras-chave: Sujeito neoliberal; educação; psicologia

Abstract

This article seeks to understand the impact of the neoliberal economic model on Latin American education, especially in Brazil. In this sense, it seeks an understanding of psychology as a continuation of the economy, that is, how an economic model does not interfere exclusively in its own sphere, but represents a change in the entire social and individual structure, constituting a neoliberal subjectivity that, in turn, is necessary for neoliberalism to be implemented effectively, that is, weakening resistance against this model. Thus, the article is presented in three stages: (i) understanding neoliberalism in Latin America; (ii) the impact of neoliberalism on Brazilian education; (iii) the relationship between economics and psychology in the constitution of a neoliberal subjectivity.

Keywords: Neoliberal subject; education; psychology

Resumen

El artículo busca comprender el impacto del modelo económico neoliberal en la educación latinoamericana, especialmente en Brasil. En este sentido, busca comprender la psicología como una continuación de la economía; es decir, cómo un modelo económico no interfiere exclusivamente en su propia esfera, sino que representa un cambio en toda la estructura social e individual, constituyendo una subjetividad neoliberal que, a su vez, es necesaria para la implementación efectiva del neoliberalismo, es decir, para debilitar la resistencia a este modelo. Por lo tanto, el artículo se presenta en tres etapas: (i) entendiendo el neoliberalismo en América Latina; (ii) el impacto del neoliberalismo en la educación brasileña; (iii) la

¹ Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

relación entre economía y psicología en la constitución de una subjetividad neoliberal

Palabras claves: Sujeto neoliberal; educación; psicología

INTRODUÇÃO

É sabido que a educação brasileira sofre constante influência de setores externos à educação, por exemplo, da economia. Nesse sentido, o texto busca apontar como essa influência termina por construir não apenas um modelo social, mas também uma subjetividade neoliberal. Considerando que educação é um processo de *formação* não é de se estranhar que derive desse processo um *sujeito neoliberal*, isto é, alguém que passa a incorporar a lógica do neoliberalismo em sua vida cotidiana. De modo que esse modelo se apresenta como um prejuízo não só para o âmbito exclusivamente educacional, mas também para a vida social como um todo.

O neoliberalismo não funciona apenas como um sistema econômico, mas suas práticas e instrumentos – como a escola – se tornam meios para moldar uma subjetividade específica e útil para a sua implementação e manutenção, pois

[...] a produção da vida humana assentada sobre uma base econômica produziu concomitantemente ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, educacionais e, por que não acrescentar à essa lista, ideias esportivas, atividades gímnicas, jogos, recreações. Para essa concepção, à medida em que fatores econômicos determinam outras instâncias da vida, são por elas também influenciados (Mileski; Faustino, 2022, p. 4).

Nessa dinâmica da vida humana, não é incomum que existam aqueles que podem, inclusive, defender modelos perversos contra si próprios, isso não é sem motivos, pois incorporamos valores, princípios e ideias que são articuladas na lógica predatória da economia vigente a fim de tornar difícil a adesão à sua crítica.

A linha de raciocínio que se segue busca compreender o papel da educação nessa dinâmica e como isso produz uma subjetividade específica. Para isso, primeiro buscou-se compreender o neoliberalismo na América Latina; posteriormente, o impacto desse modelo econômico na educação é objeto de análise para, por fim, compreender o terceiro e mais importante aspecto; com base nos argumentos de Vladimir Safatle e Christian Laval, pensamos como a econômica é uma continuação da psicologia, moldando a subjetividade dentro de uma lógica neoliberal, em que o sujeito passa a compreender a si mesmo como um *empreendedor* e *competidor*, tendo em vista não o acúmulo de bens e riquezas – que



só seria possível aqueles que, de fato, detém o capital –, mas um gozo que orienta o seu comportamento e o deixa alinhados à ideologia da econômica em questão. Esses três pontos, no entanto, estão articulados a um objetivo maior: pensar como a própria Escola e nossa definição de educação acaba servindo aos propósitos de dominação e não de emancipação.

O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

O neoliberalismo pode ser definido como uma *doutrina econômica*. Contudo, ele não se restringe à economia. Embora a sua aplicação prática tenha acontecido apenas na segunda metade do século XX – na década de 1970 no Chile e, posteriormente, em 1980 nos Estados Unidos da América (EUA) e Inglaterra, e no resto do mundo a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 – as suas ideias são discutidas muito antes, já em 1940 para dar conta de uma *crise do capitalismo* que colocava em xeque as ideias do liberalismo clássico, já que economistas como Keynes começaram a promover o princípio de que o Estado precisaria intervir. Assim, intelectuais como Friedrich Hayek e Milton Friedman passaram a disseminar a ideia de que o principal obstáculo para o desenvolvimento pleno e progresso do capital – e, conseqüentemente, da sociedade como um todo – é o Estado.

Silva (2022) elucida que, para Hayek, o Estado conduziria à servidão, porque esse leviatã impedia a liberdade – princípio e valor do neoliberalismo. Se o Estado era uma entidade abstrata, o livre mercado era visto como um dado natural, portanto, o único espaço realmente livre. “Hayek era diretamente influenciado por Ludwig von Mises, defensor da primazia do mercado sobre as relações humanas. Segundo Mises, o mercado corresponderia ao reino da liberdade, ao local onde os indivíduos estariam livres de coerções de qualquer tipo” (Silva, 2022, p. 31).

Nesse sentido, a ideia de liberdade é um pilar do neoliberalismo e fundamental para caracterizá-lo. David Harvey fornece uma das definições mais precisas do conceito de neoliberalismo:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O poder do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem, de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de



defesa, da política e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança nacional ou poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (Harvey, 2014, p. 12).

Por meio dessa definição, é possível destacar que o neoliberalismo defende a ideia de que o bem-estar do ser humano poderá ser mais bem desenvolvido por meio da liberação de suas capacidades empreendedoras e individuais. Essa liberação, no entanto, significa que as capacidades individuais só obterão êxito se acontecerem dentro de uma estrutura social livre de intervenções que garantisse o direito à propriedade privada. O Estado tem uma função mínima nessa estrutura. Essa definição deixa muito claro que, no neoliberalismo, o conceito de liberdade significa *ser livre para empreender* dentro do livre mercado, tendo como garantia dessa possibilidade a propriedade privada. Sendo o Estado o maior, senão o único, obstáculo para essa liberdade – e desconsiderando assim condições materiais e históricas de cada indivíduo, sociedade ou classe social. Estes podem até ser considerados desafios, mas que são possíveis de serem vencidos por meio do esforço de cada um, expondo assim a noção de *meritocracia*. Quem se esforça, consegue. Apenas o Estado pode bloquear esse esforço e impedir o sucesso do empreendedorismo individual.

O neoliberalismo também “sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado” (Harvey, 2014, p. 13). Esse ponto é fundamental, porque percebemos que não são apenas relações econômicas que são determinadas pelo neoliberalismo, mas também relações humanas e sociais de todos os tipos. Basicamente, toda e qualquer ação humana deve ser enquadrada na lógica de mercado: eficiência, competitividade, meritocracia, empreendedorismo, oferta e demanda ou liberdade de escolha.

Como já apontado, o conceito de liberdade é fundamental ao neoliberalismo. Embora a liberdade seja, em suma, liberdade de empreender, os neoliberais defendem como uma ideia mais ampla que garante dignidade ao indivíduo. Segundo Harvey, foram esses ideais



– liberdade e dignidade – que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do Leste Europeu e da União Soviética, sendo que “esses ideais são caros a todos os que valorizam a capacidade de tomar decisões soberanas” (Harvey, 2014, p. 15). É assim que o neoliberalismo consegue comover as pessoas e seduzi-las para efetivar que seus ideais se estabeleçam para além da esfera econômica.

No entanto, essa liberdade que supostamente tem no Estado o seu grande opositor, acaba necessitando do próprio Estado quando não consegue comover a população. Quando o neoliberalismo foi instaurado, ele se utilizou de duas estratégias distintas, sendo que uma foi aplicada nas periferias do capitalismo, e outra nos países centrais: na América Latina, em especial no Chile, foi instaurado mediante um golpe militar e mantido em vigência com a força de um Estado ditatorial; já nos países centrais foi instaurado mediante a eleição, sendo que convenceu as pessoas que este era o melhor sistema para resolver as crises do capitalismo – nos EUA com o governo Reagan e na Inglaterra com Thatcher. Isso deixa claro que a liberdade não é um valor tão absoluto quanto se pensa, pois um Estado ditatorial que cerceia liberdades individuais e censura aquilo que não for conveniente não é um problema aos neoliberais². É preciso ter em mente que a liberdade encarna e reflete os interesses das classes dominantes, detentoras de propriedades privadas de grande porte, dos negócios, corporações e multinacionais.

Dessa forma, embora teoricamente o Estado neoliberal só deva intervir a fim de garantir o bom funcionamento da economia de livre mercado, tendo uma atuação pontual na garantia do direito à propriedade privada, reforçando o arsenal militar e a polícia para isso, na prática a sua atuação é mais ampla e intervencionista. Tanto que, se nos países periféricos é defendido o Estado mínimo, os grandes centros do capitalismo contrastam com esse ideal com seu protecionismo.

Um aspecto fundamental do neoliberalismo é a mudança de objetivos políticos: passa de um desenvolvimento para uma política de assistencialismo:

Os *pobres* passaram a ser uma nova ‘categoria classificatória’, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existem, ‘naturalmente’, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora (Soares, 2002, p. 12-3).

² Em entrevista ao jornal chileno *El Mercurio* em 1981, Hayek afirmou: “Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para uma ditadura governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo” (Hayek 1981 apud Safatle 2022, p. 20).



Quando o neoliberalismo emerge como solução para a crise – ou crises – do capitalismo no século XX, ele busca impedir o avanço de políticas intervencionistas como acontecia nos EUA com o modelo de Keynes, do socialismo e de qualquer ameaça ao modelo capitalista. Nesse sentido, essa mudança para uma política de assistencialismo é fundamental, em especial na América Latina. Os países latino-americanos estavam extremamente endividados devido a estratégias em sua política desenvolvimentista, para mantê-los nessa situação de endividamento e de dependência em relação ao capitalismo dos grandes centros, o assistencialismo se torna uma política conveniente para os neoliberais, porque impede revoltas sociais contra esse modelo e permite a manutenção de um sistema exploratório e nefasto para as classes mais baixas. Segundo Silva, “essas medidas [assistencialistas] não resultaram de lutas políticas entre as classes, mas de concessões das dominantes com o objetivo de manter a sua hegemonia” (Silva, 2022, p. 35). Trata-se de uma vertente do neoliberalismo chamada de *social-liberalismo*, que é justamente essa política assistencialista promulgada pela classe dominante a fim de manter sua hegemonia.

A condição de dependência é fundamental para o modelo neoliberal nos países centrais. Como o neoliberalismo deseja a redução do Estado, e, conseqüentemente, de gastos públicos, o assistencialismo é certo aos interesses dessa ideologia, pois nesse caso o gasto é mínimo e pontual. Como o modelo neoliberal reduz os gastos públicos em países periféricos que estão extremamente endividados e precisam produzir excedente para pagar a conta – uma conta paga pela superexploração do trabalhador, que com a redução do Estado perde direitos trabalhistas e proteções – e assim tendo efeitos nefastos na periferia, é preciso que essas condições de trabalho precarizado e superexploração não levem à revolta. Daí o gasto pontual, que não soluciona o problema da fome, da segurança pública, da saúde ou da educação, mas assegura a vigência da paz social entre os explorados. Soares resume o modelo neoliberal da seguinte maneira:

Esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão institucional desse modelo – e do caráter das relações sociais – é também um *novo Estado*, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições da luta social (Soares, 2022, p. 13).



Portanto, a cidadania passa a ser mais definida por *posse* do que por direitos. Os efeitos das políticas liberalizantes como aumento da privatização, precarização do trabalho, redução dos gastos públicos e dos direitos trabalhistas são controlados por meio do assistencialismo que, em tese, impede justamente a possibilidade de ter. O modelo neoliberal acaba, inclusive, ressignificando as lutas sociais: se antes se lutava pela conquista de direitos, agora a luta é para não perder os direitos conquistados. Ainda segundo Soares (2002), a explosão da dívida e o agravamento dos efeitos da crise nos anos 80 são devastadores para a América Latina justamente porque isso significou o reforço do modelo de políticas neoliberalizantes que já estavam sendo aplicados a partir do chamado Consenso de Washington: cada vez menos direitos, mais deveres (se esforçar, obter mérito, empreender). Foi um *ajuste estrutural* que pretendeu ampliar a ideia do livre jogo das forças de mercado sem interferência estatal.

O neoliberalismo, entretanto, não perdura até hoje apenas sendo sustentado pelo assistencialismo. Há toda uma configuração psicológica dos indivíduos para que estes não apenas não se revoltam contra o modelo, mas também o defendam. Daí que os intelectuais e marketeiros do neoliberalismo defendam os ideais que parecem sedutores a população. Ora, a tese de que o funcionamento livre da economia logra uma distribuição racional dos recursos traz a ideia de neutralidade, e esta tem um enorme poder de persuasão (Soares, 2002).

Esses ideais são inseridos por meio de aparelhos do próprio Estado, que novamente intervém, atuando para cooptar as pessoas não apenas em âmbito econômico, como também psíquico. A Escola se torna um desses aparelhos. Antes de passar ao âmbito psíquico, porém, é preciso se ater ainda na economia, em especial, nos efeitos da economia neoliberal na educação.

O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA

Na América Latina, o neoliberalismo iniciou na década de 1970 com o Chile – na verdade, foi a primeira experiência neoliberal – e na década de 1980 nos demais países periféricos. O Brasil abraça a política neoliberal de vez durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Contudo, a agenda neoliberal já era praticada antes, durante a ditadura militar. Conforme elucida Silva,

[...] esse processo de incorporação da agenda neoliberal teve início ainda durante a ditadura. [...] durante o governo Figueiredo, sob a batuta do ministro do Planejamento Delfin Neto, foi adotada uma política econômica



pautada na redução dos gastos públicos e nos investimentos nas empresas estatais, na elevação da taxa de juros e na contratação de empréstimos internacionais para quitar dívidas em dólar do governo (Silva, 2022, p. 47).

Durante o regime militar, foram promovidas diversas políticas neoliberais que iriam alterar a estrutura econômica e social do Brasil. Por exemplo, o Decreto n.º 83.740/1979, que institui o Programa Nacional de Desburocratização, que estabelecia no artigo 3º a redução da interferência do Governo na atividade do cidadão e do empresário e abreviar a solução de casos em que essa interferência é necessária. No mesmo artigo ainda ficava estabelecido o impedimento do crescimento desnecessário da máquina administrativa federal, mediante o estímulo à execução indireta, utilizando-se, sempre que praticável, o contrato com empresas privadas capacidades e o convênio com órgãos estaduais e municipais. Ficava nítida a intenção do governo em beneficiar o setor privado em detrimento do setor público – e essas atitudes seriam radicalizadas ao longo dos anos seguintes. De modo que não foi sem motivo que o ajuste neoliberal prejudicou diversos setores da sociedade, “[...] sob a denominação geral de ‘reformas’ têm-se provocado na América Latina processos de desmonte dos incipientes aparatos públicos de proteção social” (Soares, 2002, p. 71). Entre os setores mais afetados, está sem dúvida a educação.

O neoliberalismo possuía os seus agentes reguladores, já que “depois da Segunda Guerra Mundial, as principais nações do mundo decidiram organizar instituições internacionais que pudessem reger e disciplinar a atuação dos países por meio de acordos, tratados e políticas de regulação e intervenção em diversos campos, como o econômico, o social, o cultural e o ambiental” (Haddad, 2008, p. 07). As instituições que atuaram no campo econômico, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – surgidas a partir conferência de Bretton Woods em 1944 – foram fortes interventoras na educação com suas políticas liberalizantes.

Essas instituições não são *neutras*, o Banco Mundial, por exemplo, é influenciado de forma diferente pelos 190 países que compõem o quadro de membros. O peso de cada um desses países é proporcional à sua contribuição orçamentária ao Banco. Sendo assim, os países do centro do capitalismo europeus e os EUA são os mais influentes. Logo, a atuação dessas instituições acaba objetivando atender aos interesses dos países mais influentes. Na sua origem, por exemplo, o Banco Mundial buscou reconstruir as economias devastadas pela guerra, mas com a ascensão do comunismo e a emergência de tensões com a União Soviética, “a década de 1950 marcou uma reorientação das políticas do Banco na direção da incorporação dos países de Terceiro Mundo ao bloco ocidental não comunista, por meio



da criação de programas de assistência econômica e de empréstimos crescentes” (Haddad, 2008, p. 17). Já nas décadas seguintes, com a crise de endividamento dos países periféricos – e a América Latina estava no centro dessa crise – o Banco assumiu o papel de renegociar as dívidas e reestruturar a economia dos países devedores. A crise mexicana em 1982 foi um fato histórico marcante para as mudanças na percepção do Banco Mundial sobre a dívida dos países periféricos. Se antes era visto como um sucesso de aplicação das medidas liberalizantes, após a crise os países periféricos se tornaram culpados pelo agravamento. O discurso era de que o agravamento da dívida era responsabilidade da política econômica interna, sem relação com causas externas. Assim, “para solucionar a crise [mexicana], as autoridades financeiras propuseram a reorientação da produção para bens exploráveis, a redução dos gastos públicos e a estatização da dívida privada. Além disso, houve uma abrupta interrupção do acesso dos países latino-americanos aos recursos externos” (Silva, 2022, p. 45).

Mas as propostas não eram exatamente opções, mas espécies de condições: as políticas assistencialistas e os novos empréstimos (ou a renegociação dos antigos) ficavam condicionados à adoção de mais políticas liberalizantes: aberturas comerciais³, redução de gastos, privatizações, entre outras ações. São intervenções alarmantes que chegam a atuar de forma quase que paralela à administração pública oficial dos Estados⁴:

Tais condicionalidades entrecruzam exigências vinculadas aos projetos específicos em negociação com o Banco a outras referentes aos programas de ajuste estrutural, que podem até mesmo atingir as políticas internas dos países e provocar mudanças na sua legislação (Haddad, 2008, p. 18).

Portanto, não se trata de uma instituição pluralista, mas sim de uma instituição que atua em prol dos interesses dos países centrais. Inclusive, após a indicação pelo presidente dos EUA George W. Bush do conservador Paul Wolfowitz para a presidência do Banco Mundial, isso ficou muito mais claro.

No campo da educação, as condições estabelecidas visavam a realização de reformas educacionais alinhadas às reformas neoliberais mais gerais do Estado:

³ Significa que empresas estrangeiras podem competir com as brasileiras na comercialização, isto é, não há protecionismo.

⁴ A aproximação entre o Banco Mundial e o FMI da Organização Mundial do Comércio (OMC), contribuiu para que o Brasil sofresse uma pressão para aprofundar a liberalização comercial, já que esta se impunha como condição para receber novos empréstimos (Haddad, 2008).



Os mecanismos de influência do BM chegavam às orientações das políticas educacionais sempre em complementaridade às orientações macroeconômicas estabelecidas pelo Brasil nos seus acordos com o FMI. Assim, por exemplo, enquanto as orientações macroeconômicas determinavam os cortes de despesas e os ajustes estruturais, as orientações do BM na educação, para ser coerentes, focalizavam os recursos no ensino fundamental, preocupavam-se mais com a eficácia do sistema do que com o aumento dos gastos, operando sob a lógica do custo-benefício. Apostaram na ideia de ampliar o atendimento com o mesmo volume de recursos. O resultado, anos depois, foi a terrível queda na qualidade do ensino oferecido pelo setor público (Haddad, 2008, p. 11).

Nos anos 1990, a aplicação das políticas neoliberalizantes no Brasil resultou em diversos problemas: corte de gastos, municipalização⁵ e privatização, que se traduzia na criação de um mercado de consumo de serviços educacionais, particularmente no ensino superior (Haddad, 2008). A ideia era transformar a educação em *mercadoria* que, sendo de qualidade superior ou inferior, seria avaliada pelas famílias que iriam optar pela melhor escola. Claro que o resultado não foi positivo, pois as diferenças de classes não garantiam equidade de escolha e uma série de outros fatores impedia a ideia de uma *livre escolha de mercado*. O resultado foi a precarização do trabalho do professor, agravamento dos problemas na escola em suas estruturas e espaços físicos, entre outros.

Essa mudança na concepção de escola que deixa de ser um direito e passa a ser uma mercadoria, compactuando com a noção de cidadania enquanto *ser é ter*, irá alterar toda a dinâmica escolar. Com a precarização do trabalho de modo geral,

Exige-se, portanto, que as trabalhadoras e os trabalhadores portem um determinado conjunto de competências, de modo que sejam capazes de se adaptar à volatilidade do mercado de trabalho. Desse modo, as mudanças operadas no sistema educacional visam individualizar o problema do desemprego (Silva, 2022, p. 89).

É a exigência de *qualificação* com o objetivo de aumentar a renda e a qualidade de vida. Dessa forma, o indivíduo se torna responsável pela sua condição econômica: se ele se qualificou, terá mais renda e poderá viver melhor. Do contrário, não terá renda o suficiente e sua vida será de acordo. É a individualização da culpa pela miséria do trabalhador. A escola, portanto, deve atuar nesse sentido: não para emancipar – tal como preconiza o modelo iluminista – mas para qualificar o trabalhador. De forma mais simples: é a implementação do ideário de capital humano – um projeto que já aparecia na economia

⁵ Municipalização é a transferência de responsabilidade pelo ensino fundamental para as escolas de rede municipal.



pós-fordista e vigorou nas décadas de 1950 e 1960:

Nessa perspectiva, identificava-se na baixa escolaridade a causa do desemprego. Reduzido a uma questão de mais ou menos escolaridade das pessoas, o desemprego não é apresentado como um problema estrutural do sistema do capital. [...] desenvolveu-se a crença de que a ‘desigualdade social’, [...] não era uma questão orgânica do sistema capitalista em seu conjunto [...], mas algo conjuntural que podia ser corrigido mediante a alteração de fatores tais como a qualificação de trabalhadores e modernização da produção. Em outras palavras, os sujeitos ficam sem trabalho devido ao seu baixo nível de escolarização. A solução para esse problema é, assim, deslocada no âmbito do Estado para a esfera privada, e cabe ao próprio trabalhador e à própria trabalhadora, individualmente, buscar a escola para desenvolver as competências necessárias à sua inserção no mercado de trabalho (Silva, 2022, p. 91).

Nota-se que é uma individualização da culpa bastante radical. Todas as causas dos problemas sociais são reduzidos à escolaridade, e a escola assume a função de evitar o desemprego, aumentar o desenvolvimento de um país – e conseqüentemente a qualidade de vida de seus cidadãos – e, dessa forma, além de retirar a formação crítica como competência da escola – ou reduzir sua importância – ignora por completo os obstáculos para tal qualificação, como a desigualdade, a falta de transporte público, a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, etc.

Daí que o discurso que relaciona escolaridade ao desemprego – tão utilizado até pelos sujeitos da escola – é uma narrativa neoliberal. A escola é vista, novamente, pela lógica do mercado: como mercadoria e não como direito. Sendo que a função da escola será de desenvolver habilidades e competências úteis ao mercado, isto é, para as empresas.

Como a escola fica inserida nessa lógica de mercado – e o neoliberalismo amplia essa lógica para todas as relações humanas – o ensino reproduz o discurso mercadológico por meio da aplicação de modelos de ensino específicos: estimula a competitividade por meio de avaliações padronizadas que ignoram as especificidades de cada indivíduo, a ideia de que quem não estuda “não será ninguém na vida”, e uma série de ações que busca formar um sujeito neoliberal:

[...] essa teoria [do empreendedor de si] implica à subjetividade que trabalha, forjar uma concepção de si mesmo como ‘empreendedor/a’ a que investe na sua força de trabalho como se ela [fosse] parte de um negócio próprio, cuja venda lhe retorna um ‘capital’. Ser um ‘empreendedor/a’, nesse sentido, é dispor-se a gerenciar a própria vida analogamente à gestão de uma empresa, como um empreendedor/a capitalista (Antunes; Pinto, 2017, p. 102).



O indivíduo vende sua força de trabalho, isso já sabemos desde os teóricos clássicos do capitalismo como Marx, logo, quanto mais qualificada por essa força de trabalho, melhor o preço de venda. Mas o indivíduo é que deve empreender, e para isso precisa saber valorizar a necessidade de conteúdos escolares que serão úteis para esse fim.

Essa mentalidade criada nos espaços educacionais, desde o ensino básico até o ensino superior, é moldada através de uma *pedagogia da hegemonia*. As bases mais centrais dessa pedagogia foi constituída a partir da Conferência de Jomtien, em 1990, que teve forte atuação do Banco Mundial. Uma pedagogia da hegemonia, tal como vem sendo praticada na América Latina nas últimas décadas, é aquela que buscar manter a ordem existente, sendo conservadora em suas práticas a fim de evitar qualquer traço de radicalidade na formação dos indivíduos. Mais uma vez, é a escola trabalhando a favor dos interesses da classe dominante. Segundo Freitas, a pedagogia da hegemonia é aquela que olha a escola como uma instituição neoliberal: “o neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade depurando a ineficiência através da concorrência” (Freitas, 2018, p. 31). Essas ideias encontram respaldo nas ações práticas da política educacional brasileira.

Além das graves consequências já apontadas anteriormente no ensino brasileiro – e também latino-americano – como a precarização do trabalho do professor, a falta de estrutura nas escolas devido à redução de gastos públicos, um modelo de ensino que estimula a competitividade e a meritocracia desdenhando da solidariedade, sendo um ensino completamente instrumentalizado, isto é, que serve para fins mercadológicos (trabalhar, produzir, etc.) e não para fins emancipatórios, entre outros aspectos, ainda podemos citar como ideias sem qualquer lastro na realidade pretendem ser levadas adiante. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o ministro da Economia Paulo Guedes que foi um dos *Chicago Boys*, propôs como solução para a desigualdade social o modelo de distribuição de *vouchers*. Esse modelo já havia sido adotado no Chile a partir de 1980 pelos mesmos economistas liberais da Universidade de Chicago – a ideia de *vouchers* na educação tem origem no pensamento do economista Milton Friedman. Esse sistema consiste em entregar tíquetes (*vouchers*) às famílias semelhante ao cartão do Bolsa Família, e de posse dos *vouchers* os pais poderiam matricular seus filhos em escolas e creches particulares, já que as classes mais baixas só poderiam optar por escolas públicas, dessa forma “[...] tinha-se a crença de que, com a disputa entre as escolas, haveria melhora



na qualidade do ensino oferecido em tais espaços” (Silva, 2022, p. 98).

Esse modelo fracassou, pois, conforme elucida Roberto Lehrer (2020), pesquisador e ex-reitor da UFRJ, em entrevista ao site da Fiocruz, o modelo foi muito danoso no Chile e poderia aprofundar as desigualdades no Brasil se fosse implantado. No Chile, por exemplo, o que aconteceu foi que as escolas públicas de regiões mais pobres passaram a ter que concorrer pelos recursos públicos com as instituições privadas e com as públicas mais bem localizadas. Assim, as classes mais ricas da população continuavam tendo acesso às melhores escolas, enquanto as pessoas com menos renda ficavam reféns de instituições que, após o sistema de *vouchers*, foram ainda mais precarizadas. Mesmo porque nem todas as escolas teriam espaços para comportar todos os alunos, e as escolas que recebessem menos estudantes já não teriam razões de existir, diminuindo a contratação de professores que muitas vezes atuam sob contratos temporários. Mais uma vez, é o pensamento neoliberal desconsiderando as condições materiais e históricas da sociedade a fim de promover estratégias puramente ideológicas e, portanto, abstratas.

O sistema de *vouchers*, como pode ser notado, parte da ideia de que escola é *mercadoria* – não direito – que pode ser escolhida livremente pelos seus consumidores, as famílias. Porém, o objetivo não é permitir a livre escolha, e sim, estimular a privatização – pois, precarizando as escolas públicas, reforça-se o argumento de que o âmbito privado é superior, logo, supostamente pode oferecer uma *mercadoria superior*.

Outra política danosa ao Brasil, mas esta que foi implementada, foi a reforma que deu luz ao que se convencionou chamar de Novo Ensino Médio (NEM). A partir do comentário supracitado de Freitas, segundo o qual a qualidade se dá livrando-se da ineficiência, percebeu-se um ataque às humanidades e aos conteúdos considerados “inúteis” das ciências da natureza e da matemática. Muitas disciplinas, mas as humanidades e, em especial, à Filosofia e à Sociologia, sofreram redução de carga horária para a inclusão de disciplinas mais atrativas aos jovens e, claro, que fossem eficazes. Os professores acabaram sendo deslocados de suas disciplinas para ministrar aulas a partir de seu notório saber. De forma resumida e simples, o professor de filosofia deixa de lecionar filosofia para ensinar as competências e habilidades referentes à disciplina das trilhas, como Mundo do Trabalho. Isso faz as disciplinas perderem sua especificidade, já que o entendimento é: os conteúdos, as habilidades e competências desenvolvidas na filosofia não são úteis, e o ensino seria mais eficiente se o estudante estivesse a par de modelos que poderiam ser postos em prática no mercado de trabalho. Da mesma forma, o professor



de matemática não ensina mais os conhecimentos matemáticos para que os estudantes possam aprender sobre educação financeira, que tem uma abordagem voltada ao empreendedorismo.

Isso significa que com o NEM, os componentes curriculares de teor crítico passam a ser direcionados única e exclusivamente para a hegemonia de uma sociedade alicerçada na competição, no individualismo e na meritocracia. Pois se trata de uma educação instrumentalizada e tecnicista em detrimento de uma formação humana. Não que o antigo Ensino Médio não precisasse de reformulações ou renovações para atingir o objetivo de uma formação humana integral e crítica, mas certamente não foi com o Novo Ensino Médio que isso aconteceu, pois o modelo é de uma escola neoliberal.

O Novo Ensino Médio nada mais é do que o resultado de um neoliberalismo que busca superexplorar a população dos países de um capitalismo dependente, ampliando o abismo entre a classe trabalhadora e os seus exploradores. Em 2013, o empresariado criou o Movimento Pela Base, um grupo não governamental que financiou intelectuais de direita para elaborar uma nova base comum curricular, que findou um projeto de ensino médio que seria o NEM. Nesse processo, participaram instituições privadas como Fundação Itaú, Fundação Lemann, Unibanco, Fundação Roberto Marinho, entre outras. Ou seja, quem discutiu a educação e a reformulação do ensino não foram profissionais da educação, mas empresários e burgueses. O Novo Ensino Médio foi oferecido à população como uma nova mercadoria, mais atraente. Essa formulação se dá ao longo dos anos através da discussão do empresariado com o poder político. Vale ressaltar, nesse sentido, a frase de Rodrigo Galindo, CEO da antiga Kroton, no 28º Fórum da Liberdade, quando este afirmou que “[...] só uma gestão baseada na meritocracia pode melhorar a educação brasileira” (28º Fórum da Liberdade, 2015)⁶.

A frase de Galindo oferece a ideia pela qual podemos compreender o Novo Ensino Médio e o avanço de modalidades como Ensino a Distância (EAD) na educação: o mérito. Quem quer, consegue. O estudante do Novo Ensino Médio pode escolher a trilha que lhe for mais atrativa – o que é uma falácia, pois não há estrutura nas escolas para oferecer todas as possibilidades – e formar a si mesmo, com a melhor capacitação possível que *ele* escolheu, portanto, sendo sua responsabilidade. E o estudante de EAD, geralmente de um perfil trabalhador e de classe mais baixa, que pode *trabalhar* e estudar, a fim de se qualificar mais para o mercado de trabalho e aumentar sua renda, evitando a pobreza.

⁶ O vídeo com a fala de Galindo proferida no 28º Fórum da Liberdade I Painel *Educação e Meritocracia* em 30 de abril de 2015 foi disponibilizado no Youtube pelo canal Fórum da Liberdade



Contudo, se uma mercadoria é oferecida dessa forma e se torna atraente, não é apenas pelo marketing. Há todo um processo de *formação* de sujeitos que serão atraídos por essas mercadorias e valores do neoliberalismo. É aqui que um dos maiores impactos do neoliberalismo na educação latino-americana pode ser sentido: a transformação da escola e de seus sujeitos, ao invés de uma instituição que viabiliza a criticidade e a emancipação de si, agora uma instituição que não forma sujeitos da educação, mas sujeitos neoliberais – que não só se sentem atraídos pelas ideias neoliberais, como irão defendê-las com afinco.

A ECONOMIA COMO CONTINUAÇÃO DA PSICOLOGIA: A ESCOLA E OS SUJEITOS NEOLIBERAIS

No livro *Escola não é uma empresa*, o pensador francês Christian Laval (2019) define o conceito de *escola neoliberal*. Ocorre a transformação da escola em empresa, um processo que se inicia quando a escola passa da regulamentação estatal para a regulamentação de mercado. Nessa nova ordem educativa, a educação fica a serviço da competitividade econômica. No prefácio à edição brasileira de sua obra, o pensador chega a admitir que o Brasil está na vanguarda de uma escola neoliberal. Isso significa que o sistema educacional brasileiro já é muito mais neoliberalizado do que o sistema educacional de países como a França – que é o contexto que ele analisa. O Brasil teria chegado antes ao capitalismo escolar e universitário que é caracterizado pela intervenção direta do capital no ensino – algo que ele constata pela expansão de empresas como a Kroton, a Estácio e a Anhanguera.

A escola passou a ser orientada por diferentes propósitos, conforme elucida Laval,

a escola, que tinha como centro de gravidade não só o valor profissional, mas também o valor social, cultural e político do saber – valor, aliás, que era interpretado de forma muito diferente, conforme as correntes políticas e ideológicas –, hoje é orientada, pelas reformas em curso, para os propósitos de competitividade prevaescentes na economia globalizada (Laval, 2019, p. 20).

Essas mudanças, contudo, não implicam apenas diferenças na maneira de gerir a escola e na oferta de conteúdos mais *úteis* ao mercado, mas também pela constituição de um novo sujeito. Pois não basta que o sujeito se enxergue como capital humano, isto é, como alguém que se qualifica para o mercado de trabalho. Ele precisa *gozar* com seu sucesso. Por isso a escola se torna uma mercadoria e “[...] o gozo da mercadoria se torna



a forma social dominante do prazer dos sentidos e do espírito. [...]. Na sociedade de mercado, o consumo vem à frente da instrução” (Laval, 2019, p. 21).

O indivíduo não busca conhecimentos emancipatórios, mas habilidades de capacitação que permitam a ele se tornar bem-sucedido e, conseqüentemente, gozar de sua posição. É preciso compreender que a formação de um novo sujeito, no neoliberalismo, passa a entender a escola não como um espaço racionalizado e puramente instrutivo, mas como um espaço de afetos e disputa de desejos. Existe um processo de formação psíquica e não apenas intelectual. Esse modelo atua moldando estudantes que se tornam mais simpáticos aos ideais de mercado. O processo de formação de sua subjetividade passa pela introjeção desses princípios e propósitos mercadológicos.

Segundo Vladimir Safatle (2022), a economia é uma continuação da psicologia. Isto é, por trás de todo discurso econômico, há um discurso psicológico. A economia, assim como a psicologia, é uma maneira de lidar com os afetos dos seres humanos, apenas o faz por outros meios. Um exemplo que dá lastro a essa afirmação é a maneira como o neoliberalismo explica a crise econômica a partir de uma crise moral. Safatle cita os discursos da Sociedade Mont Pèlerin que já na década de 1940 defendia princípios que viriam a formar o neoliberalismo, e argumentavam que “[...] os valores da civilização estavam em perigo” (Plehwe, 2009, p. 24). A moral tradicional foi quebrada, e isso impactou a economia. Toda crise apela para sentimentos para justificar suas medidas, um é bastante perceptível: o medo. O medo dos imigrantes, do comunismo, dos transgressores, entre outros. Outro exemplo citado por Safatle é a relação entre economia e família:

Essa sobreposição das relações econômicas sociais complexas à lógica elementar da ‘casa’ não visa apenas à produção ideológica de ilusões de naturalidade dos modos de circulação e produção de riquezas. Ela visa à sobreposição fantasmática entre corpo social e o corpo do pai, da mãe e dos irmãos. Sobreposição essa que deve produzir a docilidade em relação à autoridade, a perpetuação de um sentimento de dependência e, principalmente, a naturalização da sujeição de gênero. No limite, ela deve produzir uma ‘identificação com o agressor’ (Safatle, 2022, p. 23)

A relação entre economia e família produz a sujeição, a obediência à lei como a melhor possível. Porém, sem dúvida o exemplo mais contundente são as palavras da ex-primeira-ministra do Reino Unido Margareth Thatcher, quando afirmou, em 1981 ao jornal *Sunday Times*, que: “Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma [das pessoas]” (Thatcher, 1981, [s/p]). Safatle complementa:

Essa mudança dos corações e mentes teria de ser feita através de doses maciças de intervenção e de reeducação. Isso até o momento em que os



indivíduos comesçassem a ver a si mesmos como ‘empreendedores de si’, isso até o momento em que eles internalizassem a racionalidade econômica como única forma de racionalidade possível (Safatle, 2022, p. 24).

Não se pode esperar que os princípios de livre-iniciativa, empreendedorismo e competitividade brotassem nas pessoas. Era preciso *criar uma subjetividade* nesses termos. Pois na própria experiência chilena ficou muito claro que a população não aceitaria de bom grado qualquer mudança, tendo sido necessária a coerção por meio da ditadura.

Portanto, esse sujeito que é contra o Estado, pensa ser empreendedor e busca tornar-se competitivo, precisava ser formado – ou *educado* para tal. Era preciso oferecer uma visão de mundo sedutora para a criação desse sujeito neoliberal. De modo que Safatle vai de encontro a ideia de que o Estado não intervém na sociedade no modelo neoliberal, argumentando o oposto já “que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social” (Safatle, 2022, p. 25). Essa engenharia social visava a produção de um sujeito que entendesse liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa. A intervenção do Estado, portanto, se dá mediante uma despolitização da população, fazendo-a acatar docilmente um conceito torto de liberdade alinhado aos interesses da ideologia dominante. Não é estranho, portanto, que ao relacionar essa ideia com o currículo do NEM possamos notar os traços neoliberalizantes: os estudantes *escolhem* livremente a sua formação, empreendendo mediante a sua capacitação. Novamente, para a escola neoliberal, a noção de capital humano é fundamental. Ainda podemos citar os modelos de avaliação que criam uma atmosfera de competitividade e colocam a pressão sobre os jovens, isto é, se eles falharem na escola, irão falhar na vida; por meio da ideia de qualidade de ensino que significa uma mercadoria melhor que a outra, a individualização da responsabilidade, entre outros elementos já citados. Para Safatle, a subjetividade formada pela escola neoliberal é muito semelhante à de um esportista:

Para tanto, seria necessário que a própria noção de conflito desaparecesse do horizonte de constituição da estrutura psíquica, que uma subjetividade própria a um esportista preocupado com performances se generalizasse, e para isso a mobilização de processos de internalização disciplinar de pressupostos morais era fundamental. Por isso, as modalidades neoliberais de intervenção deveriam se dar em dois níveis, a saber, no nível social e no nível psíquico (Safatle, 2022, p. 25).



O aparelho psíquico por meio da atuação da escola que cada vez mais é neoliberalizante é moldado para produzir um sujeito que, além de esportista, se vê como um empresário. Por isso, não se pode descartar o papel significativo que a escola e a educação escolar têm no processo de subjetivação.

O neoliberalismo não é só um modelo econômico. Por meio da economia, é também uma forma de existência orientada por normas formuladas dentro de uma lógica empresarial do sistema capitalista. É esse processo de subjetivação que sustenta a ordem hegemônica. Sem essa forma de existência o neoliberalismo não persistiria. Pode-se lamentar, mas não deixa de ser verdade que a Escola é um alicerce do neoliberalismo.

Recorrendo novamente a Laval, mas desta vez a outra obra que escreve em parceria com Pierre Dardot, *A nova razão do mundo*, é possível utilizar o argumento de que o capitalismo se adapta pelo processo de subjetivação. Nas sociedades industriais, havia um sujeito produtivo, que na sociedade empresarial irá ser transformado em sujeito neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

As técnicas de fabricação desse sujeito neoliberal não são as mesmas do sujeito produtivo. Na sociedade industrial, como elucidou Foucault, existia um modelo disciplinador que adestrava os corpos para torná-los dóceis. Esse sujeito era passivo e alienado para ser explorado pelo processo de produção. Agora, segundo os autores, o sujeito precisa ser visto como ativo, que participa inteiramente na sua atividade profissional. Dessa forma, se atinge o objetivo enunciado antes: o desejo desse sujeito. É preciso fazer esse sujeito gozar. A valorização ideológica do modelo empresa cria a ideia de uma realização pessoal, uma “[...] instância onde finalmente se podem conjugar o desejo de realização pessoal dos indivíduos, seu bem-estar material, o sucesso comercial e financeiro da ‘comunidade’ de trabalho e sua contribuição para a prosperidade da população” (Dardot; Laval, 2016, p. 328).

A lógica empresarial que permite ao sujeito neoliberal gozar, contudo, não deixa de trazer as violências do capitalismo: precarização do trabalho com a corrosão dos direitos do trabalhador, facilidade jurídica na demissão, condições de emprego provisórias ou temporárias, empobrecimento das classes populares e diminuição do poder de compra. A questão é que, agora, esse sujeito não irá lamentar. Pelo contrário, ele mesmo justifica sua posição de miséria e confia no modelo que o empobreceu como uma forma de ascender socialmente. Isso se dá, justamente, porque é um sujeito neoliberal, ou seja, que introjetou os princípios da lógica empresarial. Ele é um empreendedor, e como tal, reproduz os mesmos discursos da ideologia neoliberal e, pior, age de acordo: enquanto empresário, ele



assume o risco por sua capacitação – mesmo que a tese segundo a qual o empresário assume o risco tenha suas fragilidades apontadas na obra de Mariana Mazzucato (2014), *O Estado empreendedor*. Ora, no neoliberalismo, a responsabilidade pessoal está presente nos riscos enfrentados pelo indivíduo. Ele não tem mais o seguro para os riscos profissionais de assalariados, ele assume os gastos com doença e aposentadoria, pois assumindo os riscos pela qualificação de sua força de trabalho, poderá depois gozar de sua posição bem-sucedida que ele almeja. Ele precisa gerenciar sua vida para evitar os riscos danosos que assumiu. Isso o coloca sob mais pressão.

Essa transferência da pressão se dá pela individualização da responsabilidade e já podemos notar na escola. Querendo evitar o desemprego e a renda baixa, os estudantes acabam sobre forte pressão e resulta em diversas doenças psíquicas: depressão, estresse, crises de ansiedade. Uma pesquisa do Datafolha realizada em São Paulo no ano de 2021, mostra dados alarmantes: 34% dos estudantes têm dificuldades em controlar emoções, 24% se sentem sobrecarregados e 18% deprimidos ou tristes. A pesquisa, realizada com o apoio financeiro de instituições como a Fundação Lemann, apesar de acertar nos números, erra no diagnóstico. Não é o indivíduo que está doente, mas a sociedade. Muitos desses sintomas são resultados do estilo de vida neoliberal que já é apresentado na escola. Mais uma vez: competitividade, o que faz buscar a excelência nas notas não pelo conhecimento, mas pelo medo do desemprego ou por se ver como um *fracassado*, a pressão colocada pelos próprios professores com discursos do tipo *não vai ser alguém na vida*, entre outros aspectos.

Para Laval e Dardot, a grande novidade do modelo neoliberal “[...] reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e perenes” (Dardot; Laval, 2016, p. 329). Ou seja, os próprios sujeitos, tornando-se empreendedores, irão reproduzir e reforçar as relações mercadológicas que lhes são penosas. Obrigando-os a se adaptarem às condições cada vez mais penosas que eles mesmos produzem e defendem.

Ele o faz porque goza com a sua condição ou possibilidade de condição bem-sucedida. Alguns, apenas pelo fato de se considerarem pequenos empreendedores e, assim sendo, usando de sua capacitação para realizarem o que consideram uma contribuição para a sociedade, já estão gozando. Muitas vezes, o gozo vem do fato de ser mais bem-sucedido que o outro, e por isso exige do outro a mesma atitude – mesmo que as condições não sejam as mesmas. Mais do que nunca se efetiva na sociedade neoliberal



aquilo que Paulo Freire (2022, p. 46) chamou de *consciência hospedeira*, isto é, o oprimido que deseja ser o opressor. Se ele sofreu, mas conseguiu, o outro também pode sofrer. Isso faz com que os vícios do neoliberalismo – não que este possua virtudes – se retroalimentem e persistam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, é preciso reafirmar a importância da Escola para sustentar a ideologia neoliberal. Isso ocorre, claro, porque a pedagogia que se encontra nos espaços escolares é uma pedagogia da hegemonia. Esta que não é de responsabilidade de educadores, mas, em boa parte, dos próprios atores neoliberais, sejam políticos ou empresários, isto é, a pedagogia da hegemonia se constitui na escola porque o Estado – contrariando o próprio princípio neoliberal, que é falacioso – intervém na educação.

Esse é o principal impacto do neoliberalismo na educação: a intervenção que transforma a escola não em um espaço de conhecimento emancipatório, ou que permite aos seus indivíduos se libertarem, mas como um espaço de reprodução da ideologia dominante, a transformação da escola em “mercadoria”, uma mercadoria que visa a capacitação e, conseqüentemente, o empreendimento daqueles que a compram. A escola neoliberal serve aos interesses econômicos, forma capital humano, e ideológicos, forma a subjetividade neoliberal. Isso aprofunda as desigualdades com um ensino precário, condições de trabalho ainda piores, estudantes moldados para interesses que são danosos a eles, amplia o ensino privado – básico ou superior – e o modelo EAD. A solução é transformar a sociedade, romper com o neoliberalismo. Portanto, é preciso uma mudança radical, pois as reformas não parecem solucionar o problema. Pelo contrário, muitas vezes tem o caráter assistencialista que, como foi elucidado, serve justamente para impedir a revolta social – e quem sabe, a mudança radical que devemos alcançar.

REFERÊNCIAS

28º FÓRUM DA LIBERDADE. **I Painel Educação e Meritocracia** [s.l.], 30 de abril de 2015. 1 Vídeo (1h15min40). Publicado pelo canal forumdaliberdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=icRvsY0UsDY>. Acesso em 12 de set. de 2025.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalat. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.



FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HADDAD, Sergio. (Org). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

HADDAD, Sergio. Introdução In: HADDAD, Sergio. (Org). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHRER, Roberto. 'Vouchers vão gerar um apartheid educacional'. **EPSJV Fiocruz**, 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/vouchers-vao-gerar-um-apartheid-educacional>. Acesso em: 01 de jun. de 2025.

MAZZUCATTO, Mariana. **O estado empreendedor**. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2009.

MILESKI, Keros.; FAUSTINO, Rosângela Célia. A Agenda política brasileira e paranaense para a educação escolar indígena. **Revista Amazônida**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, [S. l.], v. 7, n. 01, 2023. Acesso em: 12 set. 2025. Disponível em: [//www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/10383](http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/10383).

PLEHWE, Dieter. Introduction In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Org.) **The Road From Mont Pèlerin**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral In: SAFATLE, Vladimir.; SILVA JR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Org). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, Graciella Fabrício. **Neoliberalismo, crise da educação e ocupação de escolas no Brasil**. Curitiba: Appris, 2022.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Questões da Nossa Época).

THATCHER, Margaret. **Interview for Sunday Times**. London, 1981 (May, 1st). Disponível em: <http://www.margaretthatcher.org/document/104475>. Acesso em: 19 de set. de 2025.



Artigo recebido em: 22 de junho de 2025

Aceito para publicação em: 12 de setembro de 2025

Manuscript received on: June 22nd, 2025

Accepted for publication on: September 12nd, 2025

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

